

A experiência dos jesuítas das Missões de Maynas e a consolidação da presença territorial missionária nas fronteiras no Marañón (1638-1767).

Fernandes dos Santos, Roberta.

Cita:

Fernandes dos Santos, Roberta (2017). *A experiência dos jesuítas das Missões de Maynas e a consolidação da presença territorial missionária nas fronteiras no Marañón (1638-1767)*. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/144>

Mesa 26. La Compañía de Jesús en la América colonial.

A experiência dos jesuítas das Missões de Maynas e a consolidação da presença territorial missionária nas fronteiras no Marañón (1638-1767)

Profa. Dra. Roberta Fernandes dos Santos

SEE-SP

“PARA PUBLICAR EN ACTAS”

Resumo

Este artigo privilegia o estudo da experiência dos jesuítas nas Missões de Maynas no Marañón, entre os anos 1638 e 1767. Pautando-nos na vasta documentação produzida pelos inacianos, daremos destaque às propostas feitas pelos missionários com o intuito de promover a ocupação dos territórios, a defesa das fronteiras e a catequização dos índios do Marañón.

Introdução

Considerada uma região periférica dentro da conjuntura colonial, a Província de Maynas, no Marañón, nunca se integrou às demais áreas do império espanhol, pois seu posicionamento geográfico dificultava o acesso a uma região densamente povoada por grupos indígenas considerados “selvagens”.

Apesar do pouco interesse das autoridades coloniais, era necessário ocupar aquele território de fronteira com o império português. Sendo assim, foi desenhado um projeto de ocupação missionária para o Marañón, com a tripla finalidade de ocupação das terras, defesa da fronteira e catequização dos índios; e foram os jesuítas os responsáveis pela implantação desse projeto.

Ao conjunto das reduções fundadas pelos jesuítas a partir de 1638, deu-se o nome de Missões de Maynas. Durante os 130 anos de permanência dos jesuítas em Maynas, foram os missionários os principais representantes da autoridade colonial e os responsáveis pela parca ocupação espanhola dos territórios do Marañón.

Certamente não podemos dizer que os jesuítas empreenderam a defesa militar das fronteiras, uma vez que não eram soldados e nem possuíam tropas à sua disposição. Entretanto, suas estratégias de ocupação do espaço superaram a falta do apoio militar. O

projeto jesuítico desenhado para as Missões de Maynas definia um conjunto de ações articuladas que permitiam ao missionário a construção dos pueblos, sua manutenção e o reconhecimento deles como sendo de propriedade dos jesuítas espanhóis.

A aplicação desse modelo seria impossível sem a participação dos grupos indígenas da região, desse modo, o estabelecimento de uma relação de amizade com determinado grupo indígena constituía fator essencial para o êxito do projeto. Uma vez estabelecida a aliança com os índios, o missionário podia iniciar a construção do pueblo, utilizando-se da língua espanhola para atribuir-lhe um nome cristão e indígena. Em seguida, ao grupo assentado lhe era imposta uma disciplina cristã, um conjunto de regras sociais, políticas e religiosas que passariam a caracterizar o novo modo de viver do índio no pueblo como cristão e vassalo do rei. Por fim, este e outros pueblos formados através da aplicação desse modelo, estariam subordinados a uma nomeação mais ampla, que os abarcava a todos: Missões de Maynas, que, principalmente frente ao estrangeiro português que ameaçava suas fronteiras, seria um espaço marcadamente espanhol e missionário.

Neste artigo analisaremos a experiência jesuítica nas Missões de Maynas entre os anos de 1638 e 1767, destacando as propostas elaboradas pelos padres Cristóbal de Acuña, Pablo Maroni, Samuel Fritz e Andrés de Zárate e evidenciando o projeto inaciano de ocupação do Marañón.

Cristóbal de Acuña: as primeiras propostas para a ocupação e defesa do Marañón

Em 1636¹, os franciscanos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, liderados pelo capitão Juan de Palácios, saíram de Quito com o objetivo de explorar as áreas não conhecidas e catequizar índios. Durante a viagem, o capitão foi morto pelos indígenas, os dois frades escaparam, deixando-se levar rio abaixo. Após três meses de infortúnios, os sobreviventes chegaram ao Forte de Gurupá, onde foram recebidos pelos portugueses e enviados a Belém.

¹ No período compreendido entre os anos de 1580 e 1640 havia a união política das coroas ibéricas, sob o controle da monarquia espanhola durante a dinastia Habsburgo. Apesar das aproximações nos setores político e religioso, no campo econômico, portugueses e espanhóis agiram como concorrentes, disputando mercados e a posse de territórios no ultramar. Para mais informações sobre o período da União Ibérica ver: CAMPOS, Flávio de. História Ibérica. Série Repensando a História. São Paulo: Contexto, 2ª. edição, 1997; RUIZ, Rafael. La política legislativa con relación a los indígenas en la región sur del Brasil durante la Unión de las coronas. Revista de Indias, Madrid, v. 62, n. 224, p. 17-40, 2002 e DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio. El Antiguo Regimen: Los Reyes Católicos y los Austrias. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

O governador interino do Maranhão e Grão Pará, Jácome Raimundo de Noronha, percebeu a necessidade de organizar uma expedição portuguesa para acompanhar o retorno dos padres franciscanos a Quito e promover o reconhecimento daquela região.

Pedro Teixeira foi o capitão escolhido para comandar a expedição portuguesa, que deixou Belém em 28 de outubro de 1637. Após um ano de viagem, os expedicionários chegaram em Quito, onde foram recepcionados pelo presidente da Real Audiência, Alonso Perez de Salazar que, depois de consultar o Vice-rei do Peru, Luis Gerónimo Fernández de Cabrera y Bobadilla, o Conde de Chinchón, organizou uma expedição espanhola para acompanhar o retorno de Pedro Teixeira a Belém.

Os padres jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda foram nomeados cronistas da expedição, então lhes cabia a função de relatar ao Conselho de Índias todos os detalhes observados ao longo do trajeto. Portanto, a descrição da viagem deveria ser criteriosa e bem fundamentada, caso viesse a influenciar, ou mesmo determinar, a formulação de estratégias militares de defesa da região; disso, o Padre Cristóbal de Acuña tinha inteira consciência e assim descreveu como ele e o Padre Artieda desempenharam essa função:

Ali aportaram no dia doze de dezembro do mesmo ano, depois de terem palmilhado as altas montanhas que, com a seiva de seus veios, alimentam e dão o primeiro sustento a esse grande rio, e navegado por suas águas até onde, alargando-se em oitenta e quatro léguas de embocadura, ele paga caudaloso tributo ao mar oceano; depois de terem anotado, com especial cuidado, tudo o que nele há digno de advertência; depois de terem marcado seu nível, assinalado pelos seus nomes os rios que nele deságuam, identificado as nações que vivem em suas margens, comprovado sua fertilidade, experimentado os alimentos ali existentes, sentido o seu clima, entrado em contato com os nativos e, finalmente, depois de não terem deixado sem averiguação nada que nele se contivesse e de que não pudessem ser testemunhas de vista.²

Em 16 de fevereiro de 1639, partiram de Quito o capitão Pedro Teixeira, seus homens e os dois jesuítas espanhóis. A viagem se estendeu por 10 meses, sendo que a chegada ao Pará se deu em 12 de dezembro de 1639.

Após o fim da expedição, Acuña permaneceu em Belém até março de 1640, quando então retornou a Madri, levando consigo as informações sobre o Marañón.

² ACUÑA, Cristóbal de S.J. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Madri: Imprensa do Reino, 1641. Tradução de Helena Ferreira; revisão técnica de Moacyr Werneck de Castro; revisão de José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 67.

Além do relato produzido durante a viagem e publicado em 1641, Acuña também entregou ao Conselho de Índias um “Memorial” contendo informações acerca das possíveis pretensões de Portugal sobre os territórios espanhóis no Marañón.

Como vimos na citação acima, em seu “Nuevo Descubrimiento”, Acuña fez uma descrição detalhada das características do rio Amazonas, de sua natureza, dos grupos indígenas que habitavam a região e sua cultura.

Não devemos esquecer que, de um modo geral, Acuña queria chamar a atenção das autoridades coloniais para a necessidade de promover a ocupação das áreas de fronteira que estavam em perigo diante do avanço português. Através dos relatos de riquezas incontáveis em ouro e prata, habitantes mansos e pacíficos, rentabilidade dos recursos naturais, entre outras maravilhas, Acuña pretendia estimular a implantação de um projeto de ocupação do território e defesa das fronteiras do Marañón.

Não podemos afirmar que o relato de Acuña se configurava como um projeto colonial para o Marañón. Porém, era certo que o jesuíta reconhecia que a região se localizava num ponto estratégico do império colonial espanhol na América, e que a apropriação daqueles territórios dependeria da consolidação da soberania espanhola na região e, nesse ponto, os espanhóis estavam em desvantagem em relação aos portugueses. Desvantagem que poderia ser superada caso a coroa espanhola desse ouvidos aos alertas proferidos por Acuña e verificasse a possibilidade de executar algumas de suas propostas, como a construção de uma fortaleza no rio Negro.

Existem em sua foz bons lugares para fortalezas e muita pedra para erguê-las, com que se poderá impedir a entrada do inimigo, se este quiser por suas águas chegar ao rio principal. Não obstante, parece-me que não é nesse lugar, mas sim muitas léguas adentro, no braço que desemboca no grande rio, como já disse, que se deve concentrar toda a defesa, com o que ficaria de todo fechada a passagem ao inimigo para todo este novo mundo, coisa que ele, cobiçoso, certamente há de tentar em qualquer ocasião.³

Tal proposta tinha total fundamento já que o rio Negro se situava em uma região cuja posse era reivindicada por ambas as monarquias, entretanto; a proposta de Acuña jamais foi efetuada pelos espanhóis.

Não foi apenas no Rio Negro que Acuña detectou um bom lugar para a construção de fortalezas. Também indicou uma localidade vinte e quatro léguas abaixo da desembocadura do rio Amazonas:

³ ACUÑA. *Op. cit.*, 1994, p. 139

O lugar é apropriado para a construção, em uma e outra margem, de duas fortalezas, que não apenas impeçam a passagem do inimigo, se tentar fazê-lo pelo lado do mar, como também sirvam de aduana, onde se registre tudo que, vindo do Peru, terá forçosamente que passar pelo rio das Amazonas quando estiver povoado.⁴

Acuña alertava sobre a possibilidade do avanço inimigo, além de demonstrar uma preocupação com o comércio ilegal. Assim, a construção de fortalezas garantiria, além da posse do território, maiores prejuízos aos cofres castelhanos.

Ressaltando as possibilidades de aproveitamento daquele território, escreveu Acuña:

Este é, em suma, o novo descobrimento deste grande rio que, encerrando em si grandes tesouros, a ninguém exclui; pelo contrário, a todos liberalmente convida a que deles se aproveitem. Ao pobre dá sustento; ao trabalhador, satisfação por seu trabalho; ao mercador, negócios; ao soldado, ocasiões para mostrar seu valor; ao rico, maiores riquezas; ao nobre, honrarias; ao poderoso, estados; e ao próprio Rei, um novo império. Entretanto, quem mais interessado se há de mostrar nesta conquista são os zelosos da honra de Deus e do bem das almas, pois uma multidão delas está clamando por fiéis ministros do Santo Evangelho, para que, com a claridade deste, sejam afugentadas as sombras da morte, em que há muito tempo jaz esta pobre gente.⁵

Como demonstramos, no seu relato Acuña procurou demonstrar a necessidade de promover a ocupação e a defesa dos territórios da fronteira, reconhecendo a importância deles dentro da estrutura colonial do império espanhol e a ameaça que, já naquele momento, representava o vizinho português para a soberania espanhola na região.

Buscando enriquecer o conteúdo apresentado em seu relato, Acuña também elaborou um Memorial⁶ que foi entregue secretamente ao Conselho de Índias em 1641. De um modo geral, o Memorial trazia um alerta sobre a fragilidade daquelas fronteiras e novas propostas de ocupação e defesa do Marañón.

É importante destacar que Acuña reconhecia que o principal ponto negativo da região era o fato de “porta de entrada” para o Marañón estava situada no Pará, portanto, a Espanha não tinha acesso àquela região pelo Oceano Atlântico. Mas advertiu que,

⁴ ACUÑA. *Idem*, 1994, p. 156.

⁵ ACUÑA. *Idem*, 1994, p. 169.

⁶ Utilizaremos aqui uma versão do Memorial do Padre Acuña contida no Expediente del Gran Para (AGI, Quito, 158) produzido pelo Conselho de Índias em 1754.

apesar dessa desvantagem, o rei não deveria desistir de promover a ocupação daquelas terras, nem tão pouco retardá-la, tendo em vista que uma penetração estrangeira por aquelas partes permitiria a passagem dos invasores para outras regiões mais ricas e produtivas da América espanhola.

Como posto anteriormente, no Memorial, Acuña fez novas propostas de como promover a ocupação da região, destacando que o objetivo primeiro dessa empresa deveria ser o religioso: “Cometiendo, juntamente la conversion y enseñanza de los naturales a los Religiosos de la Compañía de Jesus, que es la principal razon a que se deve atender para no dejar de hazer esta conquista, embiando obreros y ministros aptos del Evangelio, por la extrema necesidad que de ellos ay en aquellas partes (...)”⁷.

Destacamos que em 1641, os jesuítas, já haviam dado início ao empreendimento das Missões de Maynas, cujas primeiras reduções haviam sido fundadas em 1638. Assim, para Acuña, o trabalho missionário – a fundação dos pueblos, a catequização dos índios, entre outras atividades – seria a base para a consolidação da presença espanhola no Marañón.

Outra proposta de ocupação evidenciada no Memorial dizia respeito à iniciativa de particulares:

(...) y se aorrarán muchos gastos que se havian de hazer si se executase (como se á intentado) por la voca del Rio, en conducir soldados, prevenir embarcaciones, y pertrechos, y disponer todo lo necesario para formar nuevas poblaciones, lo qual no sería necesario embiando orden a la Audiencia de Quito, para que capitule las entradas que mas convenga, por los Rios que en su Jurisdizion desaguan en el referido, con alguna de las muchas personas que a su costa se ofrecian a hazer estas Conquistas, solo por los intereses que de ella se sacan, como son las encomiendas de indios, repartir tierras, proveer oficios y otros semejantes.⁸

Observamos que Acuña propunha que os colonos de Quito promovessem a ocupação com seus próprios recursos, visando os benefícios que poderiam ser obtidos como a obtenção de encomiendas de índios e posse de terras. Essa proposta se mostrou inviável ao longo dos anos, tendo em vista que os colonos de Quito consideravam tal empresa muito arriscada e pouco lucrativa.

Sobre os benefícios de se estabelecerem alianças com os grupos indígenas do Marañón, escreveu Acuña:

⁷ ACUÑA, Cristóbal de, S.J. Memorial, 1641. AGI, Quito, 158.

⁸ ACUÑA. *Idem*, 1641. AGI, Quito, 158.

Que reduziendo a la obediencia de su Mag. las principales naciones de este Río, y en especial las que abitan en sus Islas y orillas, que son muy belicosas y que con valor ayudaran al que una vez reconocieren por dueño. Y sujeta una nacion, lo estaran con facilidad las demas y se podra hechar de la voca del Río, qualesquiera otros que con siniestro titulo la tienen, ebitando gravisimos daños, si succedere el que los Portugueses que son los que la poseen, ayudados de algunas naciones belicosas que tienen sujetas quisiesen penetrar por el Río arriva hasta llegar a lo poblado del Perú o Nuebo Reyno de Granada, (...).⁹

Este trecho é muito rico para a compreensão do significado da amizade dos grupos indígenas. Os grupos indígenas da região poderiam prestar apoio militar e, muito mais do que aliados para guerra, esses índios seriam incorporados aos domínios espanhóis como vassallos do rei. A transformação do índio em vassallo só seria possível através da missão religiosa, onde o índio receberia a cultura europeia, transformando-se em cidadão espanhol.

De um modo geral, observamos que o padre Cristóbal e Acuña, tanto no seu relato de viagem, como em seu Memorial, conseguiu vislumbrar a importância econômica, política e, principalmente, geoestratégia do Marañón dentro da conjuntura imperial espanhola. Portanto, muito antes dos conflitos entre espanhóis e portugueses se agravarem por aquelas partes, Acuña já apontava para a execução de medidas que permitiriam a ocupação dos territórios, o aproveitamento econômico da região e a defesa das fronteiras, sendo a missão religiosa, a base para a consolidação da presença espanhola no Marañón.

Pablo Maroni: o desenvolvimento das Missões de Maynas através da integração entre índios e colonos

Após vários anos de atividade missionária em Maynas, o jesuíta Pablo Maroni produziu sua “Noticias Auténticas del Famoso Rio Marañón”¹⁰, obra escrita provavelmente entre os anos de 1730 e 1738 em Quito e, apesar de inconclusa, nos oferece um panorama da atividade jesuítica nas missões do Alto e Médio Amazonas.

Padre Maroni vivenciou todo o processo de expansão das Missões de Maynas e em suas “Noticias” denunciou o descaso das autoridades coloniais para com a região e a

⁹ ACUÑA. *Idem*, 1641. AGI, Quito, 158.

¹⁰ MARONI, Pablo, S.J. *Noticias Auténticas del Famoso Rio Marañón* (1738). Coleção Monumenta Amazónica, série B-4: 87-395. Iquitos: CETA / IIAP, 1988.

situação arriscada em que se encontravam os jesuítas em trabalho missionário por aquelas partes marginalizadas do império espanhol.

Primeiramente, é importante ressaltar que aos missionários de Maynas era permitido que tivessem uma escolta, de pelo menos dois soldados, para a garantia de sua segurança. Essa permissão estava regulamentada, de acordo com Maroni, “(...) por algunas ordenes del Superior Gobierno y cédulas de S.M., especialmente por una fecha en 15 de Julio de 1683, (...), en que manda al Presidente y Real Audiencia de Quito, que en caso que pareciera conveniente enviar cabo que sirva de escolta á los religiosos misioneros que entraren á estas conversiones (...)”¹¹.

Para Maroni, na falta de soldados espanhóis, a escolta para os missionários também poderia ser composta por índios cristãos, desde que lhes fossem dadas armas e treinamento militar. Segundo Maroni, naquele momento, as escoltas nas Missões de Maynas estavam em plena decadência.

En los primeros tiempos en que se fundaron estas misiones, como habia bastantes soldados en la ciudad de Borja y estas conquistas corrian regularmente por cuenta de los gobernadores y sus tenientes que residian en la provincia, (...), las armadas solian ser más numerosas; hoy se reducen de ordinario á 50 ó 60 indios con dos ó tres españoles de los pocos que asisten en Borja y otras reducciones, (...).¹²

A formação de uma escolta armada que acompanhasse os padres em seu trabalho missionário era de extrema importância para o bom funcionamento das Missões de Maynas. Sem a presença dos soldados, os jesuítas ficavam vulneráveis em suas novas incursões, principalmente pelo temor de ataque dos índios ainda não reduzidos, mas também ficavam expostos, nas missões já fundadas, aos ataques dos colonos portugueses que promoviam entradas na região.

Outro problema enfrentado pelos missionários era a dificuldade em evangelizar os índios, que se recusavam a abandonar suas práticas tradicionais. Para que o processo de catequização dos índios obtivesse o sucesso esperado, era necessária a integração entre os índios e os pueblos cristãos, segundo Maroni,

Otro medio muy provechoso (...) es, que los que se van poblando tengan comunicacion con alguno pueblo xtiano, y si es factible, salgan á veces á alguna ciudad y lugar de los más cercanos á la montaña, pues con sola la

¹¹ MARONI, Noticias... *op. cit.*, 1988, p. 202.

¹² MARONI. *Idem*, 1988, p. 202.

vista del gobierno político que se estila entre cristianos, culto y ornato de las iglesias, respeto y veneracion que tiene el vulgo á los sacerdotes y prelado, aprenden mucho más que con repetidas pláticas y consejos del misionero, y en volviendo á sus tierras, procuran imitar á su modo lo que vieron practicarse en otras partes.¹³

Dessa forma, Maroni propunha a integração política e religiosa entre os índios e os colonos residentes nas cidades mais próximas das Missões de Maynas. Isso efetivamente nunca se concretizou, principalmente porque o acesso a estas cidades, em sua maioria situadas no pé-de-monte andino, era muito difícil e sua população, diminuta.

Padre Maroni não fugia da ideia proposta por Acuña de que a aplicação do projeto missionário seria ideal para promover a ocupação dos territórios de Maynas e de que os índios comporiam a maioria da população nos pueblos, porém, para o bom funcionamento das missões, seria essencial a presença de colonos espanhóis em duas frentes: a militar, compondo as escoltas armadas diretamente subordinadas ao missionário, e a civil, composta por homens dispostos a viver nos pueblos de índios. Como demonstramos anteriormente, essa proposta era impraticável, pois poucos eram os colonos que se dispunham a tal empreendimento.

Samuel Fritz: a defesa das Missões de Maynas frente ao avanço português

Em 1685, juntamente com outros jesuítas estrangeiros, Samuel Fritz foi encaminhado para o trabalho nas Missões de Maynas. No decorrer de muitos anos de atividade missionária em Maynas, Fritz atuou em longa extensão territorial, desde o rio Napo até o rio Negro, fundando aldeamentos de índios, principalmente entre os Omágua.

O trabalho missionário de Fritz não era fácil. Assim como os demais jesuítas de Maynas, Fritz vivenciou grandes problemas por estar em uma área imensa, com um número enorme de índios para catequizar e tão poucos padres em atividade na região. Ao longo de sua permanência no Marañón, Fritz escreveu várias cartas solicitando o envio de mais padres para o trabalho nas missões, de escoltas armadas para proteção dos missionários e de objetos que facilitassem o trabalho por aquelas terras. De um modo geral, as solicitações do padre não foram atendidas, revelando o desinteresse das autoridades coloniais em contribuir com o desenvolvimento daquelas missões.

¹³ MARONI. *Idem*, 1988, p. 206.

Em janeiro de 1689, Fritz iniciou uma viagem rumo ao Pará, onde chegou em 10 de setembro de 1689. Os motivos que levaram o padre a empreender tal viagem não foram totalmente esclarecidos; ele alegou que saiu do Pueblo de San Joaquin de Omaguas descendo para o Pueblo dos Yurimaguas com a finalidade de fugir das inundações sazonais, porém teria adoecido durante a viagem e se dirigiu ao Pará para receber cuidados médicos. A controvérsia era que, estando a serviço da coroa espanhola, Fritz deveria ter subido o rio Marañón e procurando auxílio entre seus pares.

Chegando ao Pará, o padre foi praticamente aprisionado no Colégio dos jesuítas por vinte e dois meses, acusado de ser um espião enviado pela coroa espanhola para verificar o avanço português nas terras do Marañón. Outra acusação feita pelos portugueses era a de que Fritz teria fundado missões em áreas pertencentes à coroa portuguesa - “(...) porque tenían por muy probable, que las tierras de mi mision tocaban á la Corona de Portugal, cuya conquista, decian, se extiende siquiera a la provincia de la Grande Omagua”¹⁴ -; território no qual o Capitão Pedro Teixeira, em sua viagem realizada em 1639, havia colocado um marco da posse portuguesa. Entretanto, Fritz alegava que a posse de tal território era espanhola, pois quando Teixeira retornou de sua viagem em 1640, as coroas ibéricas não estavam mais unidas. Segundo Fritz,

Todas estas posesiones, (...), son nulas. Menos pueden pretender los portugueses las tierras hasta Napo. Y aunque la Audiencia de Quito dió licencia á Texeira tomase posesion de una aldea, (...), esa posesion tambien fué nula, por no haber sido confirmada por el rey Felipe IV, porque antes que eso llegase á su noticia, Portugal se habia apartado de la Corona de Castilla; en donde se sigue, que las tierras que ocuparon desde dicho meridiano que pasa por la boca de Vicente Pinzon debieron los portugueses restituirlas.¹⁵

Como as acusações feitas ao padre eram de extrema gravidade, os portugueses não permitiram Fritz retornasse para suas Missões sem uma ordem direta do rei de Portugal. Em abril de 1691 o rei português liberou o retorno do padre para Maynas. O então governador do Pará, Antonio de Albuquerque, recebeu ordens reais de apressar o envio de Fritz; ainda assim o jesuíta permaneceu por mais três meses no Pará, aguardando a preparação da expedição que o escoltaria até suas missões.

Chegando ao território das primeiras missões espanholas, Fritz, que fora informado que os portugueses o deixariam assim que adentrassem território espanhol,

¹⁴ FRITZ, *apud* MARONI. *Op. cit.*, 1988, p. 318.

¹⁵ FRITZ, *apud* MARONI. *Idem*, 1988, p. 334.

precisou insistir para que os membros da expedição lusa retornassem aos seus domínios. Os soldados portugueses haviam recebido ordens do seu governador de tomar posse daquelas terras e alertaram que o padre deveria se retirar daquela região o mais rápido possível.

O padre ficou consternado com a atitude dos portugueses e insistiu na defesa de que aquele território pertencia aos espanhóis. Fritz compreendeu que os portugueses estavam colocando em ação um projeto de alargamento de suas fronteiras e que, apesar de seus protestos, os lusitanos não estavam dispostos a abandonar seu propósito.

Dessa forma, Fritz prosseguiu sua viagem com a intenção de dirigir-se a Quito, para junto ao presidente da Real Audiência, denunciar a invasão portuguesa em suas missões e solicitar providências para conter os portugueses. Porém, o governador da Província de Maynas, Don Jeronimo Vaca de la Vega, que havia se encontrado com o padre em Santiago de La Laguna (capital das Missões de Maynas), o instruiu a ir a Lima para tratar diretamente com o Vice-rei do Peru, Don Melchor Portocarrero y Lasso de la Vega, o Conde de Monclova.

Acatando a ordem do governador, Fritz encaminhou-se a Lima, onde chegou em 2 de julho de 1692; ao discorrer sobre tudo o que havia passado com os portugueses, percebeu que o Vice-rei não lhe deu a atenção que ele esperava receber. De acordo com Maroni:

(...) cuando el P. Samuel le hablaba acerca los adelantamientos de los portugueses del Pará en las tierras de dominio español y estragos que amenazaban á la nueva mision, se suspendia y mostraba como que no se le ofreciese oportuno remedio, por ser tambien los portugueses cristianos católicos y gente bellicosa; y porque aquellos bosques, en lo temporal, no fructifican al rey de España como otras muchas provincias que con más razon y título se debian con todo empeño defender (...). En fin, concluía diciendo, que en estas dilatadas Indias habia tierras bastantes para ambas Coronas (...).¹⁶

Ficava evidente que as Missões de Maynas agregavam diferentes significados no universo colonial espanhol. Para os jesuítas, aquelas terras representavam um sonho missionário posto em prática, uma possibilidade de edificar o que talvez fosse o maior empreendimento da Companhia em terras americanas, dada a enorme extensão territorial e a quantidade de almas a converter. Já para as autoridades coloniais, essas

¹⁶ MARONI. *Idem*, 1988, p. 328.

terras não eram economicamente rentáveis e estavam à mercê da vontade dos índios, não merecendo o esforço que seria necessário para defendê-las.

Mesmo decepcionado com o descaso do Vice-rei do Peru e ciente de que não poderia esperar nenhum auxílio militar das autoridades coloniais, em 1693 o padre Fritz retornou ao trabalho missionário em Maynas, dando continuidade ao projeto de catequização dos índios.

Em 1704 o Padre Samuel Fritz foi nomeado Superior das Missões, porém o jesuíta continuou envolvido diretamente com as Missões de Maynas, auxiliando os missionários em atividade. Em 1707, Fritz enfim terminou seu mapa intitulado “El Gran Río Marañón o Amazonas, con la Misión de la Compañía de Jesús geográficamente delineado por el P. Samuel Fritz misionero continuo en este Río”.



“El Gran Río Marañón o Amazonas, con la Misión de la Compañía de Jesús geográficamente delineado por el P. Samuel Fritz misionero continuo en este Río”. Fonte: DIAS, Camila Loureiro. L’Amazonie avant Pombal. Politique, Économie, Territoire. These pour obtenir le grade de docteur en Histoire et Civilisations. Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2014, p. 225.

Entendemos que o mapa elaborado pelo Padre Samuel Fritz significava mais do que a simples representação das Missões de Maynas. O mapa de Fritz foi um instrumento diplomático de tomada de posse dos territórios compreendidos entre o Rio

Napo e o Rio Negro. Acreditamos que o objetivo central de Fritz ao construir seu mapa era garantir a posse de todo o território abarcado pelas Missões de Maynas para os espanhóis e, conseqüentemente, para os jesuítas que lá trabalhavam em nome da coroa espanhola. Para atingir tal objetivo, Fritz articulou desenho e texto – o mapa e sua legenda – dois raios de ação, um partindo dimensão cartográfica e o outro da escrita; operando conjuntamente, essas duas esferas compõem uma mesma operação demarcatória que, no mapa de Fritz determinava as fronteiras do império espanhol no Marañón.

Desse modo, o mapa de Fritz registrou uma memória da atuação missionária jesuítica no Marañón e ganhou também uma dimensão política, pois acabou sendo retomado pelos espanhóis ao longo do século XVIII, no contexto da assinatura dos Tratados de limites em 1750 e 1777, como instrumento de apropriação dos territórios por ele demarcados.

Andrés de Zárate: novas propostas para a recuperação das Missões de Maynas

O padre Andrés de Zárate foi vice-provincial e visitador da Província de Quito entre os anos de 1735 e 1738. Em 1753, no Colégio de Quito, Zárate escreveu sua “Relacion de la Mission Apostolica que tiene a su cargo la Provincia de Quito de la Compañia de Jesus en el Gran Rio Marañon en que se refiere lo sucedido desde el año de 1725 hasta el año de 1735”¹⁷.

Assim como os demais padres jesuítas citados anteriormente, o Padre Zárate também apresentou propostas para a ocupação e a defesa do território missionário em Maynas, uma delas, “(...) para la conservacion, y adelantamiento de las Misiones, es el procurar de aumentar con nuevos vezinos esta Ciudad, y entablar otra Poblacion semejante en la Provincia de Omaguas, que sirva de freno à lo Portugues, (...)”¹⁸.

Zárate apontava para uma questão importante para o sucesso do projeto missionário em Maynas. Como já dito anteriormente, a presença de colonos espanhóis em território missionário seria essencial para o desenvolvimento das missões e para a proteção daquelas terras das constantes invasões portuguesas. Sabemos que Zárate não foi o primeiro a colocar essa premissa, mas a insistência dos jesuítas em repetí-la

¹⁷ A versão manuscrita da “Relacion” escrita pelo Padre Andrés de Zárate se encontra atualmente no Archivo General de Indias, no Expediente del Gran Para (AGI, Quito, 158) e a versão impressa encontra-se publicada na Coleção Monumenta Amazónica (MARONI. *Op. cit.*, 1988, p. 397- 424).

¹⁸ ZÁRATE. Relacion... *Op. cit.*, 30 de outubro de 1735. AGI, Quito, 158.

refletia o projeto que aqueles padres haviam idealizado para as Missões de Maynas. De acordo com esse projeto, somente a integração entre os colonos – civis e militares – os missionários jesuítas e as populações indígenas seria capaz de garantir o sucesso da colonização espanhola na região.

Ainda em sua “Relacion”, o padre Zárate enumerou alguns dos fatores que impediam o crescimento e o sucesso daquelas reduções. Além do problema das invasões portuguesas, Zárate destacou a falta de missionários em atividade e a falta de escolta de gente espanhola armada para o acompanhamento e proteção dos missionários em suas entradas; ambas as reclamações eram comuns entre os jesuítas de Maynas, como já demonstrado anteriormente.

Sobre a falta de uma escolta armada que protegesse o padre em sua atividade missionária, Zárate ressaltou a importância dela, uma vez que, por aquelas terras, eram muito numerosos os grupos indígenas considerados selvagens. Nas palavras do jesuíta:

Añadese à esto la falta de Escolta de alguna gente española, que acompañe con armas defensivas à los Misioneros, quando entran à Provincias Infieles, y assista al entable de las reducciones, industriando, y alentando con disgression, y eficacia, los nuevos moradores al trabajo, de que tanto aborrecen, enseñandoles con su exemplo à acudir a la Iglesia, y Doctrina; obedecer, y respetar al Padre; enfin sirviendoles de freno para que ni se atrevan à algun desacato, ni sean tan inconstantes, y faciles à bolver como bestias à sus querencias, y escondrijos, llevandose la herramienta, y Parvulos Bautizados, y dejando al Misionero en un total desamparo.¹⁹

As reclamações do padre Zárate não se encerravam nesses dois pontos; ele apontou mais um fator ainda não citado neste artigo. De acordo com o jesuíta, a maioria dos homens que desempenharam a função de Governador de Maynas firmaram residência em Borja ou em cidades ainda mais distantes de Maynas e muitos deles sequer realizaram uma só visita à Província de sua jurisdição; dessa forma, Zárate denunciava que a falta de um governador exemplar e zeloso era uma das causas da decadência das Missões de Maynas.

Antes de deixar definitivamente as Missões de Maynas, Zárate deixou ordens expressas sobre o treinamento militar dos índios reduzidos: Entre otras cosas que dejé hordenadas con parecer, y consulta de los P.P. Misioneros, una fue, que los Indios hiziesen cada 15 dias ejerzicio militar con las Armas que husan cada ocazion, para que

¹⁹ ZÁRATE. *Idem*, 30 de outubro de 1735. AGI, Quito, 158.

de este modo estén ejerzitados, y destros a resistir e defenderse en las entradas, y de las imbasiones de los Portugueses. (...).²⁰

Como vimos na citação acima, Zárate propunha que os índios fizessem, quinzenalmente, exercícios militares com as armas que possuíam. Porém, o padre acreditava que essa medida seria suficiente apenas para conter novas invasões, não permitindo a retomada de outros territórios já ocupados pelos portugueses em invasões anteriores. Segundo Zárate:

Pues aun que por aora parezca sufiziente para defender las Misiones, el que V.M dé lizenzia, u, horden, de que se armen a los Indios de ellas con 100 o 200 fusiles, mas para recobrar las tierras, y espazios que tienen usurpados los de el Pará parece nezesario tomar otra maior providenzia, y muchos Juzgan, que sería mui oportuna, la de fundar una Colonia en la misma boca del Rio de las Amazonas en la banda opuesta a la Ziudad de el Pará (...). Pero de esta Colonia, se podría entablar comerzio con los Pueblos de la Mision, y segun parece con bastante hutil, y con aumento de las rentas de V.M. (...).²¹

A fundação de uma colônia em Maynas promoveria a ocupação dos territórios ameaçados pelo avanço português, além de permitir a integração econômica dos produtos da floresta (o cacau, a baunilha, a copaíba, a canela, a salsaparrilha, as castanhas, o algodão, entre outros) no sistema colonial. Esse modelo de ocupação proposto pelo padre Zárate estava totalmente distante daquilo que os espanhóis estavam dispostos a fazer para defender a posse daqueles territórios considerados longínquos e improdutivos.

Apesar das propostas de Zárate e dos outros missionários jesuítas citados anteriormente não terem sido executadas, observamos que esses padres realmente se esforçavam para manter o território ocupado pelas Missões de Maynas como parte de seu domínio espiritual e, conseqüentemente, como parte dos domínios espanhóis. Entretanto, a importância dada pelos jesuítas aos territórios amazônicos não era a mesma atribuída pelas autoridades coloniais, essa divergência de interesses impossibilitou a efetivação de qualquer outro projeto de ocupação, povoamento e defesa que não fosse o projeto jesuítico para as Missões de Maynas.

²⁰ ZÁRATE, Andrés de S.J. Informe que haze a S.M. el Padre Andres de Zarate de la Compañia de Jesus, 28 de agosto de 1739. AGI, Quito, 158.

²¹ ZÁRATE. Informe... *Op. cit.*, 28 de agosto de 1739. AGI, Quito, 158.

A expulsão dos jesuítas: a manutenção do projeto missionário como única alternativa para o Marañón

Em 1767, seguindo o movimento anti-jesuítico que se espalhara na Europa com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus de Portugal (1759) e França (1762), também a Espanha decidiu trilhar esse caminho.

Em dois de abril de 1767, todas as casas de jesuítas foram cercadas pelas tropas reais espanholas e, convocados os religiosos, leu-se a Real Ordem de expulsão; o mesmo decreto também havia sido enviado às autoridades responsáveis pelos territórios coloniais da Espanha com ordens de colocá-lo em prática.

Nas Missões de Maynas, a notícia da expulsão foi recebida em 20 de setembro de 1767, porém a retirada dos padres só se deu em 1768. Em fins de abril de 1768, chegaram em Maynas o executor do decreto de expulsão, José Bazave, responsável por intimar os padres e providenciar sua viagem e o visitador, Manuel Echeverría, responsável por dividir os 27 padres seculares que substituiriam os jesuítas expulsos em seus antigos pueblos. Bazave havia recebido ordens de levar os jesuítas de Maynas até Quito, entretanto, em 31 de julho de 1768, recebeu novas instruções para providenciar a viagem dos padres pelo caminho do Pará, pois este seria mais cômodo para os missionários e menos custoso à coroa.

Em San Joaquín de Omáguas, Bazave reuniu os 19 padres jesuítas em atividade nas Missões de Maynas naquele momento, eram eles: Francisco Aguiar (Superior), Leonardo Deubler, Adán Vidman, Xavier Veigel, Manuel Uriarte, José Palme, Carlos Albrizi, Dionisio Ibáñez, Pedro Esquini, Francisco Xavier Plindendorffer, Martín Schoveina, Andrés Camacho, Maurício Caligari, José Vahamonde, José Montes, Juan Saltos, Segundo del Castillo e Pedro Shonemán. Aos 28 de novembro de 1768, Bazave entregou os 19 jesuítas de Maynas nas mãos do capitão português que os levaria até o Pará.

A viagem dos jesuítas de Maynas foi extremamente penosa. Em 19 de janeiro de 1769 chegaram ao Pará, onde permaneceram até 10 de março de 1769, quando seguiram viagem para Lisboa. Os dezenove padres de Maynas chegaram a Lisboa em 7 de maio de 1769 e, de lá, deveriam seguir para Cádiz, entretanto, somente 17 dos 19 jesuítas seguiram rumo ao Porto de Santa Maria; os padres Leonardo Deubler e Adán Vidman morreram em Portugal. Ao chegarem em Cádiz, os jesuítas foram submetidos a um interrogatório e depois enviados para seus destinos no exílio.

No interrogatório feito aos missionários expulsos no Porto de Santa Maria, perguntava-se qual era a situação das Missões de Maynas e quais seriam as medidas adequadas para desenvolvê-las, pois “Nadie mejor que los jesuitas para informar sobre ellas. (...), los jesuitas eran los únicos que conocían el estado de la respectiva misión y podían ofrecer observaciones oportunas para su adelantamiento y esto lo sabían los gobernantes del momento²².”

Dessa forma, após a expulsão dos jesuítas e a partir de suas próprias informações e propostas, ficou estabelecido que, para o governo eclesiástico das Missões de Maynas, o Bispo de Quito deveria nomear um Vigário geral secular, substituindo o antigo cargo de Superior das Missões; este vigário fixaria residência no pueblo de Santiago La Laguna e a ele estariam submetidos os missionários de Maynas. A atividade do missionário ficava restrita a função espiritual. Para o governo político, manteve-se o Governador de Borja como responsável pelo governo temporal das Missões de Maynas. Estabelecia-se também que, alguns colonos espanhóis deveriam formar pueblos avizinando-se do território missionário; estes colonos cuidariam do desenvolvimento cultural dos índios, ensinando-lhes a língua castelhana e a doutrina cristã, porém essa medida não foi colocada em prática.

A proposta para a atividade missionária era de que se alternariam bienalmente os padres seculares e os regulares Franciscanos. Contudo, já em 1773, havia um número elevado de queixas da má conduta dos franciscanos, então se decidiu confiar as Missões de Maynas apenas aos padres seculares, que acabaram por seguir o mesmo sistema idealizado e adotado pelos padres jesuítas expulsos.

Com o passar dos anos, os missionários seculares de Maynas foram acusados de não terem o devido cuidado com as missões, provocando seu declínio temporal e espiritual. O principal nome que se colocara contra os seculares era o então Governador de Maynas, Francisco Requena que, em 1785, redigiu um informe ao Ministro José de Galvéz²³, responsabilizando os padres seculares pela decadência das Missões de Maynas.

²² BORJA MEDINA, Francisco de S.J. Los Maynas después de la expulsión de los Jesuitas. In NEGRO, Sandra e MARZAL, Manuel M. S.J. (coord.). Un Reino en la Frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial. Peru: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú e Ediciones Abya-Yala, 1999, p. 450.

²³ MARTIN RUBIO, Maria del Carmen. Historia de Maynas, un paraíso perdido en el Amazonas (Descripciones de Francisco Requena). Madrid: Ediciones Atlas, 1991. p. 30-31.

Em 1787 se permitiu novamente a entrada de franciscanos, desde que fossem europeus, pois estes eram considerados mais sérios e aptos para o trabalho missionário do que os nascidos na América. Em 1790, o rei Carlos IV determinava que as Missões de Maynas ficassem inteiramente subordinadas ao Colégio Franciscano de Quito, entretanto esse Colégio nunca conseguiu atender as missões com a quantidade suficiente de missionários, ficando novamente as Missões de Maynas em estado de abandono.

Em 1799, o ex-governador de Maynas e Ministro do Conselho de Índias, Francisco Requena, propunha que as Missões de Maynas estivessem temporalmente submetidas ao Vice-reino do Peru e espiritualmente sob o comando dos franciscanos do Colégio de Santa Rosa de Ocopa, também situado no Peru. Sua proposta foi aceita pelo Conselho de Índias e regulamentada pela Real Cédula de 1802.

Considerações finais

A partir do que foi exposto, podemos observar que, após a expulsão dos jesuítas, as Missões de Maynas ficaram, em princípio, a cargo do clero secular de Quito, depois, passou para as mãos dos regulares franciscanos do Colégio de Quito e, por fim, para os franciscanos do Colégio de Ocopa no Peru. Apesar de uma aparente descontinuidade, afirmamos que não houve ruptura em relação à política de ocupação proposta pela coroa espanhola para o Marañón, desde a fundação das Missões de Maynas pelos jesuítas em 1638, até a publicação da Real Cédula em 1802. Isso porque a política de ocupação e defesa das fronteiras colocado em prática no Marañón foi sempre o projeto de ocupação missionária que havia sido desenhado pelos jesuítas e colocado em prática nas Missões de Maynas entre os anos de 1638 e 1767.

Referências

Fontes manuscritas

ACUÑA, Cristóbal de, S.J. Memorial, 1641. AGI, Quito, 158.

ECHEVERRÍA, Manuel. Carta escrita em 15 de julho de 1770. AGI, Quito, 376.

FRITZ, Samuel S.J., Informe del Padre Samuel Friczt à cerca del rio Marañón, o Amazonas que hize, todo lo hize muy ajustadamente por que lo navegué hasta donde es navegable desde Borja à Pará, y desde Pará à Borja hasta el embarcadero de Jaen tomando todos los dias que hubo sol à medio día su altura de donde se conoce su declinacion, y altura. Jéberos, 23 de março de 1721. AGI, Quito, 158.

REQUENA, Francisco. Carta n.29. Escrita por Francisco Requena a D. José de Gálvez em 13 de setembro de 1782. AGI, Santa Fé, 663B.

_____. Copia de la parte que corresponde al Expediente sobre arreglo temporal, y adelantamiento de las Misiones de Mainas sacada del Ynforme original que hizo Don Francisco Requena en 29 de Marzo de 1799. AGI, Lima, 1580.

ZÁRATE, Andrés de S.J. Relacion de la Mission Apostolica que tiene a su cargo la Provincia de Quito de la Compañia de Jesus en el Gran Rio Marañon en que se refiere lo sucedido desde el año de 1725 hasta el año de 1735, 30 de outubro de 1735. AGI, Quito, 158.

_____. Informe que haze a S.M. el Padre Andres de Zarate de la Compañia de Jesus, 28 de agosto de 1739. AGI, Quito, 158.

Fontes impressas

ACUÑA, Cristóbal de S.J. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Madri: Imprensa do Reino, 1641. Tradução de Helena Ferreira; revisão técnica de Moacyr Werneck de Castro; revisão de José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

MARONI, Pablo, S.J. Noticias Auténticas del Famoso Rio Marañón (1738). Coleção Monumenta Amazônica, série B-4: 87-395. Iquitos: CETA / IIAP, 1988.

URIARTE, Manuel Joaquín, S.J. Diario de un Misionero de Mainas. Coleção Monumenta Amazônica, série B-2. Iquitos: CETA / IIAP, 1986.

Bibliografia

BAYLE, Constantino S.J. Bibliografía sobre las Misiones de Mainas: Un misionero Misionólogo. Ediciones Jura: Madrid, 1949.

_____. Las Misiones, defensa de las fronteras. Mainas. Ediciones Jura: Madrid, 1949.

BÁKULA PATIÑO, Juan Miguel; ARRIETA ÁLVAREZ, Ada y PEREYRA PLASENCIA, Hugo. Real Cédula de 1802 - Reintegración de Maynas al Perú - 15 de Julio de 1808. Estudios Preliminares. Pontificia Universidad Católica del Perú, Instituto Riva-Agüero, Publicaciones del Instituto Riva-Agüero n°.150, 1996.

BORJA MEDINA, Francisco de S.J. Los Maynas después de la expulsión de los Jesuitas. In NEGRO, Sandra e MARZAL, Manuel M. S.J. (coord.). Un Reino en la

Frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial. Peru: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú e Ediciones Abya-Yala, 1999.

CAMPOS, Flávio de. História Ibérica: apogeu e declínio. Série Repensando a História. São Paulo: Contexto, 2ª. edição, 1997.

CAPDEQUÍ, J.M. Ots. El Estado español en las Indias. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993 (8ª. reimpressão).

CIPOLLETTI, María Susana. Fruto de la melancolía, restos del naufragio: el Alto Amazonas en los escritos de los jesuitas expulsos. In TIETZ, Manfred (ed.). Los jesuitas españoles expulsos: su imagen y su contribución al saber sobre el mundo hispánico en la Europa del siglo XVIII. Actas del coloquio internacional de Berlín (7 – 10 de abril de 1999). Madrid: iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2001.

DIAS, Camila Loureiro. Jesuit Maps and Political Discourse: The Amazon River of Father Samuel Fritz. *The Americas*, Volume 69, Number 1, July 2012, p. 95-116.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. El Antiguo Regimen: Los Reyes Católicos y los Austrias. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

DOWNES, Peter. Jesuitas en la Amazonía: experiencias de Brasil y Quito. In MARTIN RUBIO, Maria del Carmen. Historia de Maynas, un paraíso perdido en el Amazonas (Descripciones de Francisco Requena). Madrid: Ediciones Atlas, 1991.

NEGRO, Sandra e MARZAL, Manuel M. S.J. (coord.). Un Reino en la Frontera: Las misiones jesuitas en la América colonial. Peru: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú e Ediciones Abya-Yala, 1999.

PORRAS, Maria Elena. Gobernacion y Obispado de Mainas (siglos XVII y XVIII). Quito: Abya Yala e Taller de Estudios Historicos (TEHIS), 1987.

ROJO GARCÍA, Maria Loreto, La línea Requena: fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804). In SOLANO, Francisco de y BERNABEU, Salvador (orgs.) Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1991, p. 217-246.

RUIZ, Rafael. La política legislativa con relación a los indígenas en la región sur del Brasil durante la Unión de las coronas. *Revista de Indias*, Madrid, v. 62, n. 224, p. 17-40, 2002.

RUIZ GUADALAJARA, Confines y vecindades de la cristandad hispánica en América durante el periodo de la Monarquías Ibéricas. In RUIZ IBANÉZ, Ruiz Ibáñez (coord.). Las vecindades de las Monarquías Ibéricas. Madrid: FCE, 2013.

TORRES LONDOÑO, Fernando. A cristianização nos confins. Missionários, soldados, índios amigos e índios a converter. Atores e papéis nas crônicas de Maynas. In AGNOLIN, Adone; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez e MELLO E SOUZA, Marina de. Contextos Missionários: Religião e Poder no Império Português. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2011.

_____. Duas missões, dois contextos, uma região, uma Ordem. In CHAMORRO, Graciela; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; GONÇALVES, Carlos Barros (org.). Fronteiras e identidades. Encontros e Desencontros entre Povos Indígenas e Missões Religiosas. XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2011, p. 111-128.